

PORTARIA Nº 2826/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado nº 21824/2012, de iniciativa do Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça Criminais da Capital em exercício, Dr. Pedro Paulo Bassalo Crispino;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO para exercer o 1º cargo de Promotor de Justiça do Tribunal do Juri de Belém, em virtude da designação do Promotor de Justiça JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA para assessorar a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, nos períodos de 1º a 15/6/2012 e 25 a 30/6/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Belém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2825/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado nº 21824/2012, de iniciativa do Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça Criminais da Capital em exercício, Dr. Pedro Paulo Bassalo Crispino;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ MARCIO TEIXEIRA CYPRIANO para ocupar em processos de atribuição do 2º cargo de Promotor de Justiça de Entorpecentes de Belém, em virtude da atuação do Promotor de Justiça CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA como Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 1º a 30/6/2012, e em caráter cumulativo, oficial em processos de atribuição do 2º cargo De Promotor de Justiça do Tribunal do Juri de Belém, em atuação conjunta, em virtude das férias do Promotor de Justiça EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA, no período de 4 a 30/6/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Belém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2823/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado nº 21824/2012, de iniciativa do Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça Criminais da Capital em exercício, Dr. Pedro Paulo Bassalo Crispino;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ANETTE MACEDO ALEGRIA para, até 30/6/2012, ocupar em audiências de atribuição do 2º cargo de Promotor de Justiça de Entorpecentes de Belém, em virtude da atuação do Promotor de Justiça CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA como Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 1º/6/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Belém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2820/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 30/5/2012, a designação da Promotora de Justiça BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES para exercer o cargo de Promotor de Justiça de Canaã de Carajás, contida na Portaria nº 2047/2012-MP/PGJ, de 14/5/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2819/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE para, até 14/7/2012, exercer o 4º cargo de Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, a contar de 15/6/2012, em virtude das férias do Promotor de Justiça ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES, sem prejuízo de suas atribuições no município de Ananindeua e Maracanã.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2818/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBU para, até 15/6/2012, exercer o 4º cargo de Promotor de Justiça Cível de Ananindeua, a contar de 4/6/2012, em virtude das férias do Promotor de Justiça JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS, sem prejuízo de suas atribuições no município de Ananindeua.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2816/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO PALMEIRA para exercer o 2º cargo de Promotor de Justiça de Abaetetuba, no período de 20 a 30/6/2012, sem prejuízo de suas atribuições nos municípios de Abaetetuba e Santa Cruz do Arari.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2800/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER à Promotora de Justiça TATIANA FERREIRA GRANHEN, licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 6/6/2012, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 15 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2785/ 2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

AUTORIZAR os Promotores de Justiça DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO e VIVIANE LOBATO SOBRAL FRANCO a participarem de Reunião de Trabalho com os Promotores de Justiça do Pólo Tocantins/Marajó, durante a integração e interiorização dos Centros de Apoio Operacional, no dia 12/6/2012, no município de Abaetetuba.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2775/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO ainda o despacho exarado pelo Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico institucional, no âmbito do Ofício nº 011/2012-MP/12ªPJC, de 23/3/2012, protocolizado sob o nº 11402/2012, em 23/3/2012,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID para, até 31/7/2012, exercer o 12º cargo de Promotor de Justiça Criminal, conjuntamente com o Promotor de Justiça LUIZ CLÁUDIO PINHO, a contar de 1º/6/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de junho de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2727/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, *alinea f*, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, *alinea f*, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 21824/2012, de iniciativa do Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça Criminais da Capital em exercício, Dr. Pedro Paulo Bassalo Crispino;

CONSIDERANDO que a designação deve recair preferencialmente sobre Promotores de Justiça de mesma entrância e do mesmo Pólo,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS para, até 30/6/2012, exercer o 15º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Belém, em virtude da Licença-Prêmio da Promotora de Justiça MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA, a contar de 1º/6/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Belém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de junho de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2893/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 023/2012-AMPEP/SEC, datado de 20/6/2012, da lavra do Exmo. Sr. Dr. Samir Tadeu Moraes Dahas Jorge, Promotor de Justiça e Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará - AMPEP, protocolizado sob o nº 24938/2012, em 20/6/2012,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o deslocamento dos Membros do Ministério Público para participarem das Eleições da AMPEP, Biênio 2012/2014, a realizar-se no dia 29/6/2012, no horário de 10h às 17h, sem prejuízo de suas funções ministeriais.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de junho de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 09/2012-MP/CGMP**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 397691**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17, inciso IV da Lei Federal 8625/93 e art. 30 *caput c/c* o art. 37, inciso XII, ambos da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 06/07/2006, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República, do art. 182, *caput*, da Constituição do Estado do Pará e do art. 1º da Lei nº. 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que os membros do Ministério Público encontram-se submetidos a regime jurídico orgânico próprio, que veda ao membro do Ministério Público acumular o exercício das funções ministeriais com outro cargo ou função pública, salvo uma de magistério, consoante norma do art. 128 § 5º, inciso II, *alinea d*, da Constituição Federal, art. 155 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, da Resolução nº 073/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 007/2011, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 10, de 19 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, DJ nº 245/2005, de 27/12/2005, p. 11, que veda o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça